

Discurso do Presidente da República na Conferência Internacional sobre Biodiversidade e Áreas de Conservação

-Senhora Vice Presidente da República,

-Senhores Ministros de Estado,

-Senhor Governador da província de Luanda,

-Membros do Executivo angolano,

- Membros do Corpo Diplomático,

-Prezados Especialistas e Representantes da Sociedade Civil,

-Minhas Senhoras, Meus Senhores,

É com imenso orgulho que subo a esta tribuna para dar as boas-vindas a todos os participantes à primeira Conferência Internacional sobre Biodiversidade e Áreas de Conservação, um acontecimento que coloca Angola no centro das discussões globais sobre a preservação do Ambiente.

Acredita-se que a biodiversidade angolana seja uma das mais importantes de África e do mundo. Dados da União Interministerial para a Conservação da Natureza indicam que cerca de cinco mil espécies de plantas existem em Angola, onde mil e duzentas são endémicas, o que torna Angola no segundo país africano mais rico em plantas endémicas.

Angola vai se afirmando cada vez mais a nível mundial, pelo que as autoridades competentes têm estado a implementar políticas concretas

relativamente à conservação, preservação e uso sustentável dos recursos biológicos que o país dispõe.

Desde 1992 que existe a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um tratado da Organização das Nações Unidas responsável pelas políticas de actuação dos países, relacionadas com a biodiversidade.m

A CDB tem como objectivos a conservação da biodiversidade, o uso sustentável das componentes da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

Para que os países tomem decisões sobre a conservação e protecção da biodiversidade e, principalmente, os compromissos firmados para cumprir os objectivos, existe a Conferência das Partes (COP), que é o órgão supremo e decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Sabemos que na Natureza todas as formas de vida desempenham funções importantes que contribuem para o equilíbrio dos ecossistemas, cuja manutenção e regulação desses equilíbrios explica, por si só, a importância da biodiversidade.

O país abriga ecossistemas únicos e espécies emblemáticas, sendo que, na fauna, temos a destacar a Palanca-Negra-Gigante como um verdadeiro ícone nacional e, na flora, a Welwitschia Mirabilis, uma planta que desafia o tempo com a sua resiliência no deserto do Namibe.

Estas riquezas angolanas e patrimónios da Humanidade têm um valor incalculável para o equilíbrio ambiental do planeta. A localização geográfica do nosso país também nos confere um papel estratégico nas rotas migratórias de espécies importantes, como os elefantes africanos e diversas aves aquáticas que dependem das nossas florestas, rios e zonas húmidas para sobreviver.

Somos um ponto de passagem, de refúgio e de renovação para muitas espécies que percorrem vastas distâncias entre continentes, sendo fundamental o asseguramento da continuidade dos ciclos ecológicos.

Excelências,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O Governo angolano tem dedicado esforços para a melhoria da conservação e protecção da biodiversidade. O Ministério do Ambiente, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com financiamento do Fundo Global para o Ambiente, iniciou em 2016 a implementação do Projecto de Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas Protegidas em Angola, com o objectivo de melhorar a gestão do sistema de áreas protegidas.

Foi iniciado um vasto processo de repovoamento animal, tal como é o caso das girafas reintroduzidas nos Parques Nacionais da Quiçama e do Iona.

Muitos esforços têm sido feitos para proteger zonas importantes de refúgios de algumas espécies raras, endémicas ou ameaçadas, como é o caso da Floresta da Damba, no Uíge, que alberga uma população importante de Pacaças, e a Floresta do Mungo, no Huambo, que recebe milhões de Falcões-Pé-Vermelho, aves que deixam as suas terras europeias e asiáticas para se instalar temporariamente em Angola.

Os esforços implementados estão ligados a actividades como o fortalecimento das áreas de conservação e criação de novas, a melhoria da gestão de infra-estruturas dos parques nacionais e reservas naturais, o levantamento da fauna nos parques nacionais, a construção de postos de fiscalização, a capacitação e aumento do número de fiscais, o mapeamento das áreas de conservação, a implementação do projecto nacional de biodiversidade, o desenvolvimento do ecoturismo nas áreas de conservação,

a educação ambiental, o plano de eliminação progressiva dos plásticos de utilização única.

A conservação e protecção da biodiversidade é um imperativo global para a saúde do nosso planeta. Dependendo do equilíbrio dos seus ecossistemas, a perda da biodiversidade coloca em risco a segurança alimentar, a qualidade da água e o combate às mudanças climáticas.

Cada país tem o dever de contribuir, mas é igualmente importante que os esforços sejam coordenados e que os países em desenvolvimento recebam apoio técnico e financeiro para enfrentar os desafios que ameaçam o nosso património natural.

Nos últimos anos, Angola tem investido bastante na protecção dos seus recursos naturais. Implementámos a Iniciativa do Ecoturismo, que visa transformar as nossas áreas de conservação em motores de desenvolvimento sustentável, que venham a beneficiar as comunidades locais e promover a investigação científica.

Reforçámos a legislação ambiental, com o decreto presidencial sobre o uso sustentável das áreas de conservação, que garante um equilíbrio entre desenvolvimento económico e preservação ambiental. Todas estas políticas estão alinhadas ao PDN 2023-2027, à Agenda Africana 2063 e Agenda das Nações Unidas 2030.

No Luengue Luiana, onde estudos indicam que temos a maior concentração da vida selvagem, realizámos em Dezembro último o Censo Animal e, desde Outubro de 2024, estamos a fazer a monitorização de um certo número de elefantes, o que já vem ajudando o país a definir as suas rotas, coisa que pretendemos fazer também para outras espécies animais.

No entanto, sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer. Enfrentamos desafios como a desflorestação, as queimadas, a caça furtiva, o conflito homem-animal e os impactos das alterações climáticas.

Contudo, com determinação e parcerias sólidas, temos feito progressos notáveis e continuaremos a lutar para que Angola seja um exemplo de preservação ambiental no nosso continente.

Pretendemos expandir as áreas de conservação de 13% para 16%, tendo sido propostas as seguintes novas áreas:

O Morro do Moco na província do Huambo, a Floresta da Cumbira na província do Kwanza Sul e a Serra do Pingano na província do Uíge.

Ainda este ano, teremos a primeira área de conservação marinha na costa da província do Namibe, bem como a primeira reserva da biosfera, que se estenderá do Parque Nacional da Quissama ao mar.

Excelências,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Em função dos riscos das acções humanas e das catástrofes naturais, há a necessidade de se conhecerem melhor as rotas migratórias das espécies. Relatos dos anos passados dão conta da morte de várias espécies de aves migratórias em Angola, muitas das quais sobrevoam a costa em direcção ao interior, colidindo com cabos eléctricos, painéis solares, edifícios altos, entre outros obstáculos, sendo importante a realização de estudos de avaliação ambiental para evitar danos nas principais rotas migratórias.

Vale referir que Angola é uma das principais rotas de transição de espécies migratórias entre a África Austral e a África do Norte.

A migração faz parte do ciclo de vida de diversas espécies, sendo necessário que os processos biológicos da espécie se desenvolvam sem grandes

sobressaltos e armadilhas colocadas pelo Homem, mesmo que aparentemente de forma involuntária.

Nas questões migratórias de espécies sobretudo aquáticas, é de extrema importância referir-nos à Convenção de Ramsay, conhecida como a Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente enquanto habitat de aves aquáticas.

O Executivo Angolano, em colaboração com o Secretariado da Convenção de Ramsay, identificou a nível nacional onze zonas húmidas, que foram aprovadas pela Assembleia Nacional em Julho de 2016, para serem candidatas a Sítios Ramsay de Importância Internacional, como por exemplo o Saco dos Flamings, aqui muito próximo, nos Ramiros.

Com o apoio de organizações e associações ambientais, damos passos rápidos rumo ao desenvolvimento da área, estando o país empenhado na plantação de mangais para a protecção de zonas húmidas.

Exorto a todos a unirmos esforços para garantir que as decisões tomadas aqui se concretizem, através de políticas eficazes, programas inovadores e compromissos que assegurem um futuro mais sustentável para as gerações vindouras.

Que os debates aqui realizados fortaleçam o nosso compromisso comum com a conservação.

Declaro, desta forma, aberta a Conferência Internacional sobre Biodiversidade e Áreas de Conservação.

Muito obrigado pela vossa atenção.